

Gerencialismo e Educação: uma reflexão

NECCHI, Renata Delucis Hilal¹; HYPOLITO, Álvaro Moreira²

¹Graduanda do Curso de Ciências Sociais Bacharelado na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista PIBIC/CNPq. Endereço eletrônico: renatadhn@gmail.com; ²Orientador, Professor na Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação. Endereço: alvaro.hypolito@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma discussão inserida em uma pesquisa maior, “Estado Gerencial e Reestruturação Educacional: as políticas educativas e curriculares na Rede de Ensino Público Estadual do RS”, a qual teve como objetivo central analisar as políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2010, tendo como pressuposição que estas se encontravam imersas no contexto da reestruturação educacional e social baseadas na visão do estado gerencial. A pesquisa utilizou como meio de análise a investigação da natureza de programas e estratégias de ensino, firmados a partir da parceria entre o público e o privado, investigando as visões conservadoras e a forma como algumas dessas articulações e políticas afetaram a gestão escolar. O presente trabalho, contudo, tem como objetivo desenvolver uma parte da discussão teórica que se encontra presente no desenvolvimento desta pesquisa. Pretende-se, portanto, dissertar acerca das transformações no campo educacional que se constituíram a partir da contextualização da teoria neoliberal, junto com a visão de reestruturação e regulação, trazendo para o interior das políticas educacionais e da própria estrutura escolar uma nova forma de articulação orientada pelo *gerencialismo*.

Para tal foi utilizado textos que se basearam em análises de estudos e de pesquisas referentes a este assunto: Peroni (2008), “A relação público/privado e as implicações para as políticas públicas de educação”; Peroni (2009), “As parcerias público-privadas na educação e as desigualdade sociais”; Hypolito (2008) “Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação”; Hypolito (2010), “Políticas educacionais e regulações do trabalho docente”; Hypolito (2011), “Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente”; Amaral (2010), “A Política de Gestão da Educação Básica na Rede Estadual do Ensino do Rio Grande do Sul (2007 – 2010): o fortalecimento da gestão gerencial”; Souza (2011) “Políticas educativas, avaliação e trabalho docente: o caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul”; Lumertz (2008) “A Parceria Público-Privada na Educação: Implicações para a Gestão da Escola”.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise de documentos oficiais, estudos de outras pesquisas e literatura especializada. Ocorrendo periodicamente encontros com o grupo de pesquisa, nos quais foram discutidos e estudados textos propostos que visavam abordar o conteúdo do projeto “Estado Gerencial e Reestruturação Educacional: as políticas educativas e curriculares na Rede de Ensino Público Estadual do RS”. Nesses encontros utilizamos autores, dissertações e teses (mestrado e doutorado), como

ferramenta de aperfeiçoamento teórico e amadurecimento intelectual acerca do assunto aqui tratado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitas são as discussões em torno do debate sobre as políticas neoliberais, estas que entraram em maior vigor a partir dos anos 80, quando junto a elas se implementou no interior do imaginário social, um discurso que defendia a existência de uma crise do Estado de Bem-Estar Social. Houve uma necessidade, por parte desta defesa, de reconfigurar e reestruturar o papel do Estado diante da esfera social, política, econômica, cultural e educacional. Junto a este discurso neoliberal, consolida-se a Terceira Via – uma alternativa que permeia entre o neoliberalismo e a antiga social democracia – a qual se posiciona a partir da defesa de uma reforma estatal, tendo como função a construção de uma administração gerencial vinculada com a lógica do mercado, transferindo para a sociedade civil, por meio de parcerias, a execução das políticas sociais, modificando, desta forma, a contextualização do papel do Estado, o qual passaria apenas a coordenar e avaliar as execuções. (PERONI, 2008). Neste contexto, houve uma modificação estrutural no âmbito da educação nacional – assim como em âmbito global, tendo presente ações gerenciais como forma de solução de problemas existentes no campo da educação pública. Estas ações se encontram articuladas “a partir de pressupostos da eficiência, dos resultados, da avaliação e da competência” (HYPOLITO, 2010, p.731).

No campo educacional a política neoliberal porta-se transcrita sob a forma de uma política reguladora, por intermédio da existência de uma transferência de responsabilidades, ancorada na reconfiguração do Estado. A avaliação do desempenho da educação ajuda a configurar este contexto, em que o Estado aplica provas que indicam a qualidade e o desempenho do sistema educacional, tendo como fim observar as problemáticas da educação e, com isso, construir políticas que solucionariam, em tese, por meio da lógica gerencial, os dilemas da educação pública. Neste contexto, surgem contratos do Estado com instituições, com a suposta finalidade de resolver e suprir as necessidades presentes na educação, para, assim, buscar um melhor desempenho dessa instituição.

Pode-se identificar dois momentos inseparáveis, mas distintos, das políticas neoliberais em educação. Um, mais definido pela criação e implementação dos exames, testes, classificações (rankings), políticas de avaliação em larga escala, definição de padrões curriculares nacionais/regionais e formas de certificação. Outro, melhor identificado mais recentemente, caracteriza-se por introduzir, de forma mais agressiva, as parcerias público-privadas, as relações de quase-mercado, com profundas mudanças na gestão e na organização escolar, a partir de modelos tipicamente gerencialistas (HYPOLITO, 2011, p.62).

Como relato desses mecanismos em operação, no Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2010, a educação pública esteve inserida neste contexto, com a tentativa de construção de um imaginário da modernização e qualificação da educação. Constituiu-se parcerias público-privado entre o Estado e programas – Instituto Alfa e Beto, Fundação Ayrton Senna e GEEMPA – visando o alcance de metas e desempenhos da qualidade na educação pública, sendo as avaliações e

indicadores, como por exemplo aqueles originados pelo IDEB e SAERS, os medidores deste desempenho. O Estado se configura como um financiador e não executor deste encargo, utilizando-se da avaliação como uma forma de coordenar e regular.

Existe uma presente discussão, por parte de pesquisadores e acadêmicos, sobre esta transição da lógica gerencial na educação pública, com uma preocupação em observar as modificações que acarretam negativamente e que se contradizem no campo educacional, focando questões do trabalho docente, do currículo e da gestão escolar. Atualmente estamos desenvolvendo outra pesquisa, a qual encontra-se no período inicial, que visa discutir estes três campos, observando as políticas educacionais e suas formas de regulação, vendo as consequências e os efeitos que afetam tais esferas. De acordo com Hypolito (2011), a lógica *gerencialista* na educação constitui sentimentos conflitantes sobre o trabalho docente, gerando consequências significativas para o professorado:

As formas de controle e regulação que se processam a partir dessas formas gerencialistas de organizar a educação, com base nas parcerias público-privadas, introduzem um volume de novos requisitos que o professorado passa a se sentir responsabilizado e culpado pelo seu desempenho, medido e avaliado desde fora do que acontece no seu espaço de trabalho, impelido a obter mais formação e buscar privadamente alternativas para melhorar seu desempenho, como se isso não fosse responsabilidade do coletivo escolar e do sistema de ensino (p.72).

Peroni (2009) também argumenta que há uma preocupação em relação a troca de responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil, esta que se funda a partir da trajetória do crescimento da teoria neoliberal e da constituição da Terceira Via. Segunda a autora, com as parcerias público-privado na educação, se instalou uma lógica competitiva, uma alteração na relação do Estado e da sociedade, alterando toda a lógica de um sistema de ensino. Essas parcerias, entre o setor público e privado, teriam como fim o argumento de orientar e promover direitos educacionais. Todavia, Peroni apresenta uma contradição nesta defesa, pois “a escola se vê diante de uma lógica que não privilegia o ideário democrático do ensino, e sim da lógica de mercado e da competição, tendo como consequência a mercantilização dos sistemas de ensino” (2009, p.44).

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi construir reflexões acerca da discussão que rodeia as políticas educacionais, a partir de uma lógica *gerencialista*. Baseado em um campo teórico que se encontrou ancorado no desenvolvimento de uma pesquisa de cunho maior. Tendo como fim, refletir, neste sentido, sobre as modificações que a sociedade passou com a implementação do imaginário da teoria neoliberal, mais especificamente na esfera da educação pública. Discutindo as articulações que se estruturaram, a partir da reestruturação do papel do Estado, este posicionando-se como regular e não executor. Tendo como solução para a educação a parceria público-privado, estas enraizadas e contextualizadas na Terceira Via e no Neoliberalismo, surgem neste conjunto, condições que se contradizem e afetam o trabalho docente, o currículo e a gestão. Tais questões continuam sendo estudadas e analisadas em uma pesquisa que se encontra em andamento.

5 REFERÊNCIAS

AMARAL, J. C. R. S. **A Política de Gestão da Educação Básica na Rede Estadual do Ensino do Rio Grande do Sul (2007 – 2010): o fortalecimento da gestão gerencial.** Porto Alegre, RS, Brasil. Doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

HYPOLITO, Álvaro Luiz. **Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação.** Revista RBPAE – v.24, n.1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

_____. **Políticas educacionais e regulação do trabalho docente.** Coleção didática e prática de ensino. CONVERGÊNCIAS E TENSÕES NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO DOCENTE: Avaliação Educacional, Educação a Distância e Tecnologias da Informação e Comunicação, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Superior, Políticas Educacionais. p. 730–749, Belo Horizonte, 2010.

_____. **Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente.** Educação: Teoria e Prática – Vol. 21, n. 38, Período out/dez-2011.

LUMERTZ, Juliana Selau. **A Parceria Público-Privada na Educação: Implicações para a Gestão da Escola.** Mestre em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOUZA, Fernanda Amaral de. **POLÍTICAS EDUCATIVAS, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE: o caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul.** Mestre em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

PERONI, V. M. V. **As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 4, nº7 p. 139-160, 2009.

_____. **A relação público/privado e as implicações para as políticas públicas de educação.** Educação e Políticas Públicas: Encontros e Desencontros. VI Escola de Inverno – FACED/UFRGS – Julho 2008.